

Ata da V Reunião de Trabalho do Comitê Tempo de Justiça 2026

ATA CTJ N°	5/2026
Título	Reunião do Comitê do Tempo de Justiça
Local	Sala 102 do TJCE
Data	25/06/2026
Horário	10:00 às 13:00

Participantes:

Nome	Instituição	Função
Desa. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves	TJCE	Desembargadora
Dra. Jacinta Inamar Franco Mota Queiroz	TJCE	Juíza de Direito
Dra. Mônica Kaline Nobre	MPCE	Promotora de Justiça
Dr. Manfredo Rommel	DPCE	Defensoria Pública
Dra. Mara Maranhão	DPCE	Defensoria Pública
Dr. Atila Einstein de Oliveira	PEFOCE	Perito Geral Adjunto
Dra. Juliana Pereira Nascimento	TJCE	Servidora da SEGOV
Dr. Danilo Rafanelle	DHPP	Delegado da DHPP
Dr. Catulo Hansen	Vice Gov	Servidor vinculado à Vice-Governadoria
Dr. Gustavo Henrique Gondim Pereira	TJCE	Servidor da SETIN
Euzébio Felizardo Bento	TJCE	Núcleo de Governança do PJE
Israel Grangeiro Landim	TJCE	Assistente da 13ª Vara Criminal
Jordana Lima Portela	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça
Carla Dieyla Teixeira Ponte	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça
Isabela Madeira Menezes	TJCE	Secretaria do PJE
Gilberto George de Souza	TJCE	Diretoria de Tecnologia do PJE
Gabriela Marreiro Lemos	TJCE	2ª Vara do Júri

Encaminhamentos:

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às dez horas, reuniu-se o Comitê de Governança do Programa Tempo de Justiça, contando com a presença dos representantes do comitê e dos convidados acima listados, registrando-

se a justificativa de ausência da Dra. Caroline Guerra.

A abertura dos trabalhos foi conduzida pela Desembargadora Ângela, que saudou os presentes e reforçou a extrema importância da colaboração interinstitucional para o pleno êxito das metas do Programa Tempo de Justiça.

Em seguida, a Presidência submeteu à aprovação a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade.

Ato seguido, passou-se à verificação dos compromissos firmados no encontro anterior.

No que se refere ao uso da ferramenta Camaleão, a servidora Gabriela informou que a audiência programada foi realizada, contudo, sem o retorno esperado em razão de um atraso (delay) e de uma falha técnica na ferramenta, o que motivou a unidade a retornar ao uso do equipamento físico outrora adquirido para a distorção de voz; diante do relato, Gustavo informou que verificará o ocorrido junto a Rafael, desenvolvedor do sistema, para apresentar um posicionamento posterior.

No tocante à viabilidade de alteração do peso de distribuição dos processos de feminicídio no sistema PJe, o servidor Euzébio introduziu o servidor Gilberto George, da Diretoria de Tecnologia do PJe, que realizou uma exposição detalhada sobre as regras de distribuição da plataforma. Gilberto George esclareceu que a distribuição no PJe é vinculada ao cargo judicial com competências preestabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e diferencia-se por considerar a complexidade processual, utilizando um mecanismo balanceado baseado nos campos automatizados de acumulador de peso do processo e acumulador de peso da distribuição, diferentemente do sistema SAJ, onde cada competência possui seu próprio acumulador específico. Indagado pela Dra. Jacinta sobre a possibilidade de atribuir um peso maior e diferenciado aos crimes de feminicídio, o servidor George explicou que o sistema rebalanceia automaticamente a quantidade total por órgão julgador, tornando inviável tal diferenciação por expressa vedação contida na Resolução do PJe.

Diante deste cenário, o senhor Catulo Hansen pontuou a necessidade de reavaliar o critério de premiação referente aos feminicídios, oportunidade em que o Dr. Danillo Rafanelle sugeriu que a premiação nesta categoria passe a adotar o cumprimento de uma meta percentual específica em comum (como, por exemplo, finalizar mais de setenta por cento de seus próprios processos de feminicídio), evitando que as unidades compitam diretamente entre si.

Dando continuidade à explanação técnica, o servidor George detalhou os fatores de ponderação do sistema, explicitando que o peso da classe afere a complexidade do

rito, o peso da prevenção sopesa os processos preventos existentes, o peso do assunto diferencia as demandas conforme a matéria tratada e o peso das partes mensura os polos da ação, elevando o peso final conforme o número de integrantes ativos, passivos ou interessados.

Exemplificou que o modelo garante o equilíbrio de distribuição a médio prazo, compensando flutuações mensais entre as unidades com base nas entradas, pesos e saídas, lembrando ainda que o parágrafo terceiro do artigo quinto da Resolução número cento e oitenta e cinco de dois mil e vinte e três do CNJ estabelece o dever do Magistrado de analisar a prevenção dos feitos.

Detalhou, ademais, o cálculo de distância máxima para mitigar assimetrias entre unidades de mesma competência e apresentou as configurações vigentes no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), reguladas pelo CPA número 8526939-10.2022.8.06.0000.

Por fim, informou que o cancelamento de distribuição não reduz os acumuladores, providência operada apenas pela redistribuição, e que os processos migrados não geram acréscimo nos acumuladores no ato da migração, alertando as unidades sobre a necessidade imperiosa de sanear o acervo antes da transição do SAJ para o PJe. Diante do exposto, Catulo Hansen cogitou a possibilidade de, por meio de articulação política junto ao Senado Federal pela Dra. Raquel, propor ao CNJ a alteração nacional dos critérios de distribuição para os casos de feminicídio.

Dando seguimento aos demais compromissos, a Dra. Jacinta informou que reforçou as cobranças junto ao coordenador da Central de Mandados (CEMAN), Wagner, acerca do cumprimento dos mandados pendentes.

O Dr. Danilo Rafanelle, por sua vez, comunicou a análise da lista repassada pelos agentes de informação e solicitou que, para fins de otimização e organização da ordem de prioridade dos trabalhos periciais, os pedidos de urgência para extração de dados de aparelhos celulares passem a indicar formalmente as datas de proximidade das sessões de júri designadas, sugestão que restou integralmente acatada.

Dando seguimento à pauta, o Sr. Catulo Hansen expôs a visão geral do comitê sobre o ciclo atual do programa, destacando os seguintes pontos:

- Processos Monitorados: 166 processos (foram retirados os processos da 6ª Vara do Júri).
- Meta de Julgamento: 56 processos a finalizar (35% do total).
- Processos Finalizados: 62 processos (37,3% da meta), dos quais 48 foram julgados em menos de 400 dias (77%), o que dá uma meta atingida de 77%.
- Meta atingida: 110,7%

Informou que atualmente a 2ª Vara tem o maior número de processos finalizados (20

ou seja 55,6%). Em relação aos feminicídios, finalizaram 9.

Nas fases processuais, destacou que há 14 processos na fase do júri. 25 processos em grau de recurso. 6 aguardando trânsito em julgado.

Apontou que ainda há 3 processos na fase de citação (1ª, 2ª e 4ª Vara do Júri, mas todos esses processos estão suspensos, sendo 2 por art. 366 do CPP e 1 por incidente de insanidade mental).

Em relação aos feminicídios, dos 20 processos monitorados, a meta de 9 (45%) processos já foi atingida. Ainda restam 11 processos pendentes (55%).

Seguidamente, apresentou os gargalos. Apontou 25 processos com pedido de recurso. 11 incidentes de insanidade e 1 processo aguardando citação por edital.

Informou que 29 processos já estouraram o prazo de 400 dias.

Apresentou a lista de 29 processos com alerta de proximidade de estourar o prazo, passando a lista para a Desa. Ângela e a Dra. Mônica.

Fazendo uma projeção, Catulo afirmou que, no atual ritmo, podem ser finalizados 80 processos até o final do ciclo. Destacou que o ritmo atual está muito bom em relação à projeção inicial.

Exibiu que dos processos estão em grau de recurso (a maior quantidade, 5).

No que se refere aos feminicídios, estacou que os 11 pendentes estão distribuídos da fase de instrução para frente, com grande probabilidade de serem finalizados até o final do ciclo.

Finalizando, apresentou que, dos 114 processos da 6ª Vara do Júri, 24 (21,1%) foram finalizados, todos dentro do prazo de 400 dias. 90 estão em andamento e 1 é de feminicídio.

COMPROMISSOS:

#	Compromisso	Responsável
01	A servidora Gabriela Marreiro, da 2ª Vara do Júri, e Gustavo verificarão o funcionamento da ferramenta Camaleão.	Gustavo e Isabela, da 2ª Vara do Júri
02	Ofício para a Dra. Raquel, sugerindo alterar o critério de distribuição dos processos de feminicídio a nível nacional, com o CNJ.	Desa. Ângela
03	Estudo dos resultados dos últimos 3 ciclos em relação aos feminicídios, para poder decidir um critério justo de premiação.	Catulo e Agentes de Informação
04	Ofício à CEMAN noticiando demora no cumprimento dos mandados.	Ana Caroline e Desa. Ângela
05	Colheita de lista de intenções para a elaboração de ofício ao Governo de Estado solicitando uma reunião com o objetivo de pedir mais recursos para melhorar a celeridade e a qualidade da investigação de crimes dolosos contra a vida em casos de Organizações Criminosas.	Desa. Ângela, Dra. Mônica, Dr. Lucena, Dr. Alexandre, Dr. Flávio, Dra. Isabele, Dr. Atila e Dr. Danilo Rafanelle
06	Desa. Angela falará com a servidora Clarisse para coletar informações acerca de dados de pesquisa qualitativa sobre feminicídios.	Desa. Angela.
07	A lista de 29 processos próximos de estourar o prazo para serem agilizados com as unidades.	Agentes de informação.
08	Dr. Danilo pediu que as varas e os agentes de informação organizassem os pedidos de prioridade com a informação de proximidades do júri, para que seja possível organizar a lista de prioridades. Elaborar ofício.	Agentes de informação e servidores das Varas do Júri.
11	Dr. Leandro fará uma reunião com os Defensores solicitando renúncia de prazo recursal, quando possível.	Dr. Leandro

Lavrada a presente ata, foi a mesma enviada para o e-mail dos participantes e demais integrantes do comitê para conhecimento.